

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal de Brasília Class.: 231
 Data: 05/12/91 Pg.: _____

**Relatório da
 CPI polemiza
 mais Amazônia**

As recomendações de criação de dois territórios no estado do Amazonas e inúmeras medidas para estimular o desenvolvimento da região, inseridas no relatório com a conclusão final da CPI sobre a internacionalização da Amazônia, foram colocadas sob suspeita ontem, durante a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Para o deputado Tuga Angerami (PSDB-SP), o documento tem muitas semelhanças com textos elaborados por militares sobre a região. O deputado Ricardo Moraes (PT-AM) preferiu denunciar que o texto preliminar apresentado pelo relator da CPI, deputado Avenir Rosa (PDC-RR) é uma cópia do Código Amazônico, patrocinado pelo governador Gilberto Mestrinho.

Para comprovar suas suspeitas Tuga Angerami aponta que o principal responsável pela elaboração do relatório foi o assessor legislativo, oficial da Marinha e membro da Escola Superior de Guerra (ESG), Sérgio Porto da Luz. Apesar de confirmar a participação no relatório de Porto da Luz, que segundo Avenir Rosa foi indicado para assessorar a comissão pela Câmara dos Deputados, o relator ficou surpreso com a semelhança com o Código Amazônico. "Não conheço o Código, mas lerei até antes da reunião da terça-feira", afirmou o deputado.

Nova versão

Inconformado com o texto apresentado pelo relator, o deputado Tuga Angerami prometeu apresentar na reunião de terça-feira, quando o relatório será votado, uma versão paralela. Segundo o parlamentar, o documento alternativo vai "desmontar o discurso de ameaça à soberania do País que dominou o texto de Avenir Rosa". No relatório paralelo serão citados, além do problema da demarcação das reservas indígenas, que na versão oficial só poderia ser efetuada respeitando o limite de 200 hectares por índio, a questão dos garimpos e das organizações ambientalistas não-governamentais.

Soberania

Na sessão de ontem, os parlamentares da CPI ouviram, pela segunda vez, o depoimento do presidente da Funai, Sydney Possuelo, que foi convocado para explicar a demarcação da Reserva Ianomami. Sob acusações de que o Governo ao demarcar a área cedeu às pressões internacionais, o presidente da Funai tentou defender a necessidade de reservar 9,4 milhões de hectares para os Ianomamis. "Se preciso for, vamos para as armas, para a porrada, mas não vamos deixar prevalecer interesses estrangeiros, contra nossa soberania", esbravejou o deputado Francisco Rodrigues (PTB-RR). "Existem pessoas como o deputado Fábio Feldmann e o secretário José Lutzemberger que são papagaios de pirata dos interesses internacionais", completou.

Depois de ouvir pacientemente as críticas do parlamentar, Sydney Possuelo pediu licença para defender "as pessoas que estão à sua volta" e se limitou a dizer que a reserva Ianomami é, ao contrário do que pensa o deputado, o sinal de que o Governo fortaleceu a soberania do País. "Há mais de uma década a questão Ianomami vinha sendo discutida e nenhum presidente tomava a decisão de marcar a área", explicou Possuelo.